



Rede Internacional de Gênero e Comércio

Boletim Eletrônico

Vol. 8 n.º 3

Maio – Junho de 2008

Urgência nas negociações da OMC: para quem e para quê?

www.igttn.org

Edição disponível também em: www.igttn.org/page/827

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

'Urgência' das negociações da OMC: para quem e para quê? Mariarosaria Iorio, coordenadora da IGTN Genebra. Junho/08.

NOTÍCIAS DA EFETIVIDADE DA AJUDA

Redes feministas latino-americanas e caribenhas discutem a Efetividade da Ajuda. Marta Lago, Secretária Global da IGTN. Junho/08.

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Rumo a Doha. Nicole Bidegain, IGTN LA Editado/traduzido para inglês por Diana Aguiar, Secretária da IGTN. Junho/08.

ECONOMIA POLÍTICA FEMINISTA

Um Marco na Economia Política Feminista. Maria Riley, IGTN USA e Center of Concern. Março/08.

SEGURANÇA ALIMENTAR EM MARROCOS

Pesca artesanal e Segurança Alimentar numa perspectiva de gênero. Hassania Chalbi-Drissi - IGTN da Tunísia. Junho/08.

IGTN EM AÇÃO!

Notícias das seguintes Regiões da IGTN: Ásia, Ásia Central, Europa, América Latina e América do Norte.

RECURSOS EM GÊNERO E COMÉRCIO INTERNACIONAL

NOTÍCIAS DAS NEGOCIAÇÕES

'Urgência' das negociações da OMC: para quem e para quê? Mariarosaria Iorio, coordenadora da IGTN Genebra. Junho, 2008.

Qual é o cenário global?

O Comitê de Negociações Comerciais (CNC) em sua reunião de 27 de Junho discutiu o estado das negociações da Agenda de Desenvolvimento de Doha, especialmente em relação ao objetivo imediato de estabelecer modalidades na agricultura e no Acesso ao Mercado de Produtos não-Agrícolas (NAMA, sigla do termo em inglês).

Pascal Lamy, presidente do CNC, lembrou que desde o último Conselho Geral em 7 de Maio/2008, os membros da OMC continuam a reiterar sua determinação política em concluir a Rodada de Doha até o final do ano. *"Os líderes políticos acreditam plenamente que para atingir*

esse objetivo temos que estabelecer as modalidades na Agricultura e NAMA até o fim de Julho de 2008", disse ele.

Desde Abril de 2008 são realizadas consultas e reuniões sobre agricultura e NAMA, objetivando a produção de textos revisados sobre modalidades. Embora sejam centrais, os textos sobre modalidade em agricultura e NAMA não são as únicas áreas nas quais as negociações de Doha precisam avançar.

Pascal Lamy disse também que suas consultas em Comércio e Meio Ambiente, Programa de Trabalho S&D (Tratamento Especial e Diferenciado) e Facilitação do Comércio estavam progredindo e que não precisavam ser retomadas em detalhe ao se tratar das modalidades. Essas questões serão relatadas pelos respectivos presidentes ao CNC, que ocorrerá agora em Julho, quando serão estabelecidos

planos de ação para o trabalho nas respectivas áreas. *Também é necessário ter mais clareza em serviços, regras e questões relacionadas a TRIPS.*

Em Serviços, a primeira via é o texto multilateral do presidente do Conselho Especial de Serviços, e a segunda via são as negociações plurilaterais de acesso aos mercados. É nesse contexto que a Conferência de Manifestação de Intenções dos Ministros terá lugar em Julho de 2008. O exercício da conferência deve ser *uma via de mão dupla*, e seus resultados devem refletir progressos, mas não representa o resultado das negociações. *O propósito da Conferência é o de deixar os Membros confortáveis em relação aos progressos no pilar de acesso aos mercados das negociações em serviços, na hora de adotar as modalidades de agricultura e NAMA.* Nessa perspectiva, uma reunião de altos funcionários terá lugar em 14 de Julho, antes da Conferência.

O texto sobre Normas não é dirigido às negociações dos ministros, mas sim para discussão, *se eles assim o quiserem. Nos próximos dias, o presidente do Grupo de Negociação sobre Normas vai dar continuidade às consultas informais com as delegações, no sentido de trabalhar uma forma de fazer avançar as negociações.*

Nas questões relacionadas ao TRIPS, dois relatórios foram publicados: um sobre as negociações objeto de mandato em registro de Indicações Geográficas (IG), pelo presidente do Conselho do TRIPS, e outro sobre consultas relativas à extensão das IG e o TRIPS/Convenção de Bio-Diversidade (CBD), de acordo com o mandato de Hong Kong.

Quais os próximos passos?

A substância guiará o processo. Este permanece, no entanto, sendo importante para garantir clareza e resultados equilibrados nas questões substantivas.

Os membros vão se concentrar em encontrar confluência em agricultura e NAMA e assim prepararem textos para a apreciação ministerial quer sejam em áreas onde exista confluência total, ou em outras nas quais existam escolhas diretas dos ministros. As consultas serão realizadas com embaixadores e altos funcionários. O processo seguirá um método de círculos concêntricos de consultas, com comunicação constante entre os círculos. Também serão realizadas reuniões informais ao nível dos Chefes das Delegações.

“As chances de chegarmos lá hoje são de mais de 50%. Se as modalidades não estiverem lá em Julho, as chances de concluir a Rodada neste ano seriam menores de 50%”, disse Pascal Lamy.

Quais cenários para os dois pilares?

Agricultura – Na agricultura há dois cenários possíveis: ou os ministros mantêm as discussões baseadas no texto existente, ou as divergências são estreitadas antes que os ministros venham a Genebra em 19 de Julho. Se os Membros escolherem a segunda opção, haveria a necessidade de movimentos políticos rápidos durante a semana de 30 de junho. As consultas vão continuar de 1º a 4 de Julho, e vão tratar da caixa verde, parágrafo 6, parágrafo 75, de Produtos Especiais e Mecanismos de Salvaguarda Especial, e também de algodão, produtos tropicais e preferências. O Presidente das

negociações em agricultura vai convocar uma reunião aberta para 4 de julho.

NAMA – O que aconteceu nas últimas semanas? Nenhum consenso e pouco compromisso dos Membros nas negociações em NAMA. O presidente do grupo negociador de NAMA (Embaixador Don Stephenson) fez uma consulta com os Membros sobre tarifas não consolidadas, preferências não-recíprocas, Países de economias Pequenas e Vulneráveis (SVEs, do inglês), parágrafo 6, lista de produtos, bem como temas sobre os Países Menos Desenvolvidos (PMDs).

Ele também fez consultas sobre o cálculo do volume de comércio para os Membros considerarem uma lista comum (parágrafo 7 (h) do texto de modalidades de NAMA). A Secretaria da OMC fez aportes técnicos nessa área. Várias questões estão sendo discutidas nesse processo: tratamento de acordos setoriais, proposta de cláusula contra a concentração, erosão das preferências, Economias Pequenas e Vulneráveis, bem como o tratamento da República Bolivariana da Venezuela.

Baseado nos resultados de suas consultas e em uma eventual convergência entre os Membros, o Presidente vai re-convocar o Grupo Negociador em NAMA. A menos que haja convergência em um novo texto na semana de 5 de julho, o texto de NAMA vai permanecer o mesmo.

De acordo com o presidente, em termos gerais há convergência sobre os períodos de implementação, sobre a estrutura dos parágrafos 7 (a) (b) e (c) e na estrutura da “escala móvel”. Por outro lado, não há convergência quanto aos números, quanto à questão do incremento para tarifas sem consolidação e sobre o cálculo do volume

de comércio para as uniões aduaneiras considerarem uma lista comum de flexibilidades, sobre as propostas de Barreiras Comerciais não-tarifárias que devem avançar para negociações com base em um texto, bem como sobre o tratamento da África do Sul. Há movimentos nos temas de erosão de preferência e dos PMDs, na lista de produtos, embora sem exageros, nas propostas para as SVEs, inclusive o tratamento da Bolívia, e sobre os países do parágrafo 6¹. No caso de NAMA, muitas questões não resolvidas ficam à espera de convergência. As consultas serão intensificadas nas próximas semanas.

Sim, há “urgência”.

Sim, há urgência, e isso se refere a garantir resultados equilibrados entre os diferentes setores das negociações. Sim, há urgência em garantir que o processo horizontal seja transparente e equitativo. Há *urgência* em admitir que um *resultado desequilibrado* dessas negociações iriam ameaçar a confiança e a credibilidade do sistema de comércio multilateral em garantir a dimensão de desenvolvimento nas negociações comerciais. [Notícias da Rodada de OMC serão frequentemente publicadas no sítio da IGTN]

NOTÍCIAS DA EFETIVIDADE DA AJUDA

Redes feministas latino-americanas e caribenhas discutem a Efetividade da Ajuda.

Marta Lago, Secretária da IGTN, Junho de 2008.

No marco do III Fórum de Alto Nível (HLF3, sigla do termo em inglês) sobre Efetividade da Ajuda (EA) a ser realizado

¹ Declaração do presidente na reunião do Comitê de Negociações Comerciais, de 27 de junho de 2008, disponível em: www.wto.org.

em Acra/Gana, em setembro de 2008, redes feministas da América Latina e do Caribe se reuniram em Bogotá, Colômbia, no dia 3 de junho, para discutir o processo de implementação da Declaração de Paris sobre a Efetividade da Ajuda. O encontro paralelo foi convocado pela REPEM (Rede de Educação Popular das Mulheres da América Latina e Caribe), IGTN-LA, e a Confluência Nacional de Redes de Mulheres Colombianas, com o apoio da ActionAid Internacional, AWID, WIDE e UNIFEM.

O encontro produziu uma série de recomendações para o evento oficial, a chamada “Consulta Regional Latino Americana e Caribenha sobre Efetividade da Ajuda” organizada pelo governo da Colômbia e do BID em Santa Marta, Colômbia, dois dias depois. O encontro é parte de uma série de consultas cujos resultados vão alimentar o Fórum de Acra.

A Declaração de Paris sobre a EA foi adotada em 2005 no II Fórum de Alto Nível, organizado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e foi adotada por aproximadamente 25 países doadores, 80 países beneficiários e cerca de 25 instituições multilaterais. O HLF3 vai avaliar a implementação da Declaração de Paris e buscar um acordo para uma nova “agenda para a ação”.

As organizações da sociedade civil vêm tentando abrir espaços de participação no diálogo político sobre EA na OCDE. Algumas demandas são o fim das condicionalidades e da ajuda condicionada, assim como a busca de altos padrões de transparência e *accountability*. As organizações de mulheres querem integrar as discussões da EA no âmbito do

processo de financiamento para o desenvolvimento da ONU, bem como no marco dos compromissos internacionais firmados nas conferências das Nações Unidas (Plataforma de Ação de Beijing, CEDAW, entre outras).

Leia a Declaração de Sta Marta em: www.igtn.org/page/826

Para mais informações sobre o processo de Acra, especialmente o relacionado ao processo paralelo da sociedade civil, visite o sítio da campanha: www.betteraid.org

ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO DE FINANCIAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO

Rumo a Doha. Nicole Bidegain, IGTN LA. Junho/08. Editado e traduzido para o inglês por Diana Aguiar, Secretária da IGTN.

Seis anos após o Consenso de Monterrey, as Nações Unidas promovem o seguimento do processo de Financiamento para o Desenvolvimento (FfD, sigla do termo em inglês), que levará a uma Conferência Internacional em Doha/Qatar, em dezembro próximo. Nesse contexto foi realizada em junho a Audiência da Sociedade Civil na ONU, em Nova Iorque, EUA.

O Grupo de Trabalho das Mulheres em FfD que aglutina organizações de mulheres de todas as regiões do mundo, se reuniu para elaborar uma declaração com as propostas para a conferência sobre o Consenso de Monterrey, abordando os principais desafios para que o processo de FfD impacte de forma positiva e concreta a vida das mulheres.

Gigi Francisco, da IGTN-Ásia, foi indicada para apresentar tais propostas nas Audiências. O próximo passo será identificar os responsáveis pela revisão

do FfD a nível nacional, para que a Declaração das Organizações de Mulheres possa ter visibilidade entre eles.

Desta forma poderemos buscar compromisso de nossos governos, como também incluir propostas na Declaração resultante da Conferência de Doha.

Leia mais no Boletim Eletrônico da IGTN-LA, disponível no site: www.generoycomercio.org

ECONOMIA POLÍTICA FEMINISTA

Um Marco na Economia Política Feminista.

Maria Riley, IGTN dos EUA e Center of Concern. Março de 2008.

A Economia Política Feminista (FPE, sigla do termo em inglês) é um dentre os vários sistemas heterodoxos de economia que desafia o reinante modelo econômico neoliberal ortodoxo. Tal modelo concentra-se simplesmente na economia de mercado, tendo o crescimento e a acumulação como seus objetivos principais. A FPE ao contrário, concentra-se em prover as necessidades humanas e o bem-estar humano. Ela faz uso do gênero como uma categoria definidora e se concentra nas experiências reais das mulheres, homens e da família, bem como no que significa ser uma pessoa humana.

Nesse artigo, Maria Riley apresenta uma visão geral de como a FPE desconstrói e reestrutura as premissas econômicas dominantes. Em seguida, explora três dimensões do pensamento da FPE para a análise de questões econômicas, desde unidades familiares até as estruturas globais: o papel do gênero, as relações de poder assimétricas e a divisão do trabalho tanto na produção quanto na reprodução social estabelecidas pelo gênero. O artigo está disponível em www.coc.org

SEGURANÇA ALIMENTAR EM MARROCOS

Pesca Artesanal em Marrocos e Segurança Alimentar sob uma perspectiva de gênero. Hassania Chalbi-Drissi, IGTN Tunísia. Junho de 2008.

Trata-se de um *paper* com enfoque econômico e político que trata do setor de pesca marroquino - especialmente o artesanal - no contexto do cenário do livre comércio e de seu impacto na segurança alimentar desse país. Disponível apenas em francês em: www.igtn.org/page/823

A IGTN EM AÇÃO!

Organizações da Sociedade Civil da ASEAN mobilizadas na batalha para paralisar o TLC UE-ASEAN. Clem Novales, IGTN Ásia. Junho, 2008.

Como as negociações do governo sobre o Tratado de Livre Comércio (TLC) UE-ASEAN têm início esse ano, setores da sociedade civil europeia e também da região da ASEAN estão se mobilizando na batalha para paralisar o que chamam de "outra tentativa de forçar um acordo de livre comércio cujo modelo tem se mostrado um fracasso em muitos países em desenvolvimento".

Em um encontro de dois dias em Manila, dias 23-24 de junho, foi realizado o "Caucus dos Povos da ASEAN sobre o TLC EU-ASEAN", paralelo à III Rodada de negociações do TLC promovido pelo governo filipino. As organizações da Sociedade Civil examinaram criticamente as implicações desastrosas do TLC na vida das pessoas e no desenvolvimento nacional. O encontro também tornou-se um espaço para o desenvolvimento de estratégias de campanha e de resistência da população ao acordo de comércio. Houve uma manifestação no dia 5 de junho, em frente ao hotel onde as negociações oficiais estavam ocorrendo.

A IGTN-Ásia, juntamente com organizações de mulheres e ativistas da região, tem tomado a dianteira ao ressaltar as implicações desastrosas do tratado comercial sobre a vida das mulheres, particularmente as trabalhadoras das indústrias de roupas e têxteis. Em outro encontro organizado pelo Comitê das Mulheres Asiáticas nos dias 19 e 20 de junho em Bangkok/Tailândia, a IGTN Ásia falou sobre o impacto do TLC no trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres. De acordo com a IGTN-Ásia, a agenda da UE para a liberalização, nos países membros da ASEAN, de serviços públicos fundamentais como água e energia iria exacerbar a múltipla jornada já enfrentada pelas mulheres, decorrente da crise de alimentos e a espiral de preços dos produtos básicos. Também chamou a atenção para as "condicionalidades positivas" associadas ao TLC, que envolvem cláusulas sobre os padrões trabalhistas básicos, direitos humanos e proteção ambiental, que a IGTN vê como contraditórias aos objetivos principais do TLC, suspeitando que sejam somente uma isca para cooptar e dividir a oposição da sociedade civil ao acordo comercial.

O órgão regional que lidera a campanha da sociedade civil para interromper o TLC, a Rede de Campanha do TLC UE-ASEAN, possui atualmente plataformas de campanha nacional nas Filipinas, Tailândia e Indonésia. Prometem expandir a rede estabelecendo redes nacionais similares em toda a região, fortalecendo suas críticas ao TLC, continuando a fazer lobby junto aos governos contra a cessão do direito soberano de uma nação ao desenvolvimento, aumentando a resistência à globalização neoliberal e desenvolvendo alternativas.

Oficinas na IGTN Ásia Central

O seminário de aconteceu em Bishkek, Kyrgyzstan, de 12 a 14 de Junho. Cerca de 20 pessoas



participaram do evento cujo objetivo foi o de reforçar o potencial dos representantes da autoridade pública e de seus parceiros, de diferentes setores públicos, no sentido de planejar e implementar políticas sensíveis ao gênero.

Nos debates destacaram-se noções de gênero, princípios de igualdade de gênero e programas correccionais a distorções de gênero. O próximo evento da regional acontecerá em agosto em Dushanbe, Tajikistan.

Mais informações com Gulnora Makhmudova em: bwa-gmn@globalnet.uz

Cúpula dos Povos e Tribunal Permanente dos Povos

De 13 a 16 de maio foi realizada em Lima/Peru a Cúpula dos Povos: Enlaçando Alternativas III.

A cúpula foi organizada pela terceira vez pela Rede Bi-regional AL/UE, formada por diversos movimentos sociais e organizações não-governamentais da Europa e da América Latina e Caribe (ALC), que se articulam para construir propostas alternativas e fortalecer a resistência às políticas neoliberais impulsionadas pela União Européia através dos Acordos de Associação Econômica e de Cooperação entre a União Européia e a América Central.

O encontro ocorreu paralelamente À V Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da ALC e UE, máxima expressão política das relações entre os governos de ambas as regiões. Também na Cúpula dos Povos

foi realizada outra sessão do Tribunal Permanente dos Povos, com mais de 20 empresas europeias sendo processadas por violações aos direitos humanos na América Latina. O [Instituto Equit](#) (IGTN ponto focal do Brasil) lançou o vídeo "As Lutas contra a Mercantilização da Água" e participou do painel "Mulheres e Pobreza: a outra face dos Acordos de Associação entre a UE e a América Central" – organizado pela IGTN -LA e pela "Campanha de Comércio com Justiça: meus direitos não se negociam".

Veja no sítio da [Equit](#) a Declaração da Cúpula dos Povos e a Sentença do Tribunal, assim como o vídeo. Mais informações em www.enlazandoalternativas.org

Oficinas Rurais da IGTN Latino Americana

Nos dias 28 e 29 de abril em Rosario, Argentina, e nos dias 9 e 10 em Montevideo, Uruguai, a IGTN Argentina e a IGTN Uruguai, respectivamente, organizaram oficinas de capacitação com grupos de mulheres rurais.



Os temas trabalhados foram as relações entre o comércio internacional, a agricultura familiar e as desigualdades de gênero nas áreas rurais. Mais informações em www.generoycomercio.org

A IGTN na conferência anual da IAFEE

As coordenadoras globais de pesquisa da IGTN – Alma Espino e Mariama Williams – estiveram presentes na Conferência Anual da Associação Internacional de Economia Feminista (IAFFE), ocorrida em Turim, Itália, de 19 a 21 de Junho.

TLC UE-Índia: incidência e diagnóstico. Marzia Rezzin, IGTN Europa, Maio/08.

Em estreita colaboração com parceiros da Índia e Europa, a WIDE está implementando um projeto de um ano em incidência e conscientização, "As Implicações das relações comerciais UE-Índia para o gênero e a justiça social". O projeto tem o objetivo de influenciar e explicitar as relações UE-Índia de forma que elas sejam coerentes com os direitos das mulheres, a justiça social e de gênero e a sustentabilidade ambiental.

O projeto foi desenvolvido em resposta ao início das negociações do TLC UE-Índia, lançado em 28 de junho de 2007. A política direcionada a um TLC com a Índia reflete a estratégia da Comissão Europeia descrita no comunicado *Europa Global: competindo no mundo* (2006), que sugere uma nova geração de TLCs competitivos, centrados em mecanismos econômicos que promovam os interesses comerciais europeus.

Contrário a esse cenário, o projeto procura mostrar aos elaboradores de políticas que a liberalização do comércio não é neutra ao gênero, classe e raça e que não gera benefícios para todos de forma equitativa. Na verdade, muitas mulheres (e homens) na Índia vão ficar em pior situação com a maior abertura dos mercados entre a UE e a Índia e a desregulamentação.

Parceiros indianos vão a Bruxelas e Reino Unido para visita de diagnóstico e incidência.

A WIDE e seus parceiros estão se preparando para uma visita de diagnóstico e incidência a ser realizada em Bruxelas, Reino Unido e possivelmente Suíça, de 23 a 27 de junho, onde os membros da sociedade civil indiana se encontrarão para trocar

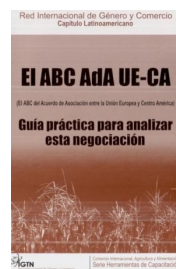
informações com os tomadores de decisão europeus, membros das embaixadas indianas, políticos de estados europeus e representantes de movimentos civis europeus. [para acompanhar estas atividades navegue em: www.wide-network.org

Presença da IGTN Europa no Fórum Social Europeu

De 17 a 21 de setembro, o Fórum Social Europeu vai ser realizado em Malmö, Suécia. Mais de 20 mil pessoas são esperadas para mais este encontro dos movimentos sociais da Europa. Durante cinco dias serão realizados seminários e oficinas, combinados com cultura, música, ativismo e protestos. Em uma das oficinas haverá um debate sobre Direitos da Mulher e a Europa Global, tratando das oportunidades e desafios das mulheres frente às novas políticas da UE, especialmente as políticas comerciais. A WIDE (IGTN Europa) está co-organizando esta atividade juntamente com a organização War on Want.

RECURSOS EM GÊNERO E COMÉRCIO

O ABC do AdA UE-CA: guia prático para analisar esta negociação. Norma Maldonado, IGTN Guatemala. Maio de 2008.



Nesta publicação recente de Norma Maldonado dá uma visão geral do Acordo de Associação entre a União Europeia e a América Central, orientando aqueles que buscam analisá-lo. Ela argumenta que ao assinar o acordo, a UE ganharia acesso à infra-estrutura de transporte e comunicações da região, o que possibilitaria o comércio com a América do Norte e do Sul, expandindo, portanto seus mercados nesse continente.

Não obstante, a meta principal da UE é o acesso ilimitado aos recursos naturais da região, à água, à biodiversidade e às empresas estatais, bem como a consolidação do controle dos serviços públicos, muitos dos quais atualmente são fornecidos por empresas européias. A publicação está disponível em inglês em: www.igtn.org/page/820; e em espanhol em: www.igtn.org/page/819

VIII Boletim Eletrônico da IGTN LA

A edição de maio foi publicada em espanhol e português. Disponível em: www.igtn.org/page/821/1

Boletim Eletrônico da IGTN Europe!

O boletim eletrônico mensal da WIDE traz artigos, recursos, relatos de iniciativas de incidência e informações de eventos (também sobre Conferência Anual da WIDE). Edições apenas em inglês em: www.wide-network.org

Para se cadastrar ou se descadastrar no Boletim Eletrônico da IGTN:

https://list.skbrasil.net/listinfo/igtn_bulletin

Para ler boletins anteriores:

www.igtn.org/page/bulletins

Secretaria da IGTN:

Rua da Lapa, 180 salas 909 - LAPA
20.021-180 Rio de Janeiro/RJ – BRAZIL
Telefax: 55 21 2221-1182

www.igtn.org

secretariat@igtn.org

Escritório da IGTN em Genebra:

Mariarosaria Iorio

maria.rosaria@igtn.org

Tel: 41-22-320-6889 Fax: 41-22-321-2753

Boletim editado por Ruth E S de Mello, da Secretaria da IGTN, e traduzido para o português por Marta Lago, do Instituto Equit/IGTN Brasil.